

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal de Sta Catarina Class.: 1982

Data: 18.06.82 Pg.: 19



Índios apelam à Funai e pedem apoio à OAB/SC

Os índios da comunidade Kai-gang do Chimbanque, às margens do rio Irani, próximo a Chapecó, entregaram ofício ao delegado regional da Funai, em Curitiba. Na manhã de ontem, o cacique Clemente Fortes do Nascimento Seyuya e outras autoridades de sua comunidade estiveram na sede da Seccional da Ordem dos Advogados (OAB-SC), solicitando auxílio jurídico e para tornarem públicos seus problemas envolvendo questões de terras com agricultores. No entanto, as 150 famílias de agricultores que residem em Sede Trentim — acusadas de tomarem as terras dos índios — confiam num desfecho favorável para o caso. (Página 19).



Comissão de Índios do Oeste veio tratar de problemas de terras na OAB.

Índios Kaingang do Chimbangue pedem socorro à Funai

FLORIANÓPOLIS (Sucursal) - "Nós pedimos para a Funai que atenda a nossa comunidade Kaingang do Chimbangue para recuperar nossa área que foi tomada. Nós precisamos da nossa terra para criar nossos filhos e para os mais velhos viver sossegados, sem ter que viver explorados por patrão em cima do que é nosso. Precisamos também que a Funai ajude a garantir para os colonos não expulsar mais nenhum índio nem praticar mais violência enquanto nosso assunto da terra não tiver resolvido".

Esta, é parte do pedido de socorro feita pela comunidade indígena Kaingang do Toldo Chimbangue - que vivem às margens do rio Irani, numa distância de 11 quilômetros da cidade de Chapecó - entregue no início desta semana pelos próprios índios, ao delegado regional da Fundação Nacional do Índio, em Curitiba. Na manhã de ontem, o cacique Clemente Fortes do Nascimento Xeyuya e mais algumas

autoridades de sua comunidade, estiveram na sede da OAB de Santa Catarina solicitando auxílio jurídico e para tornar público seu problema.

Os índios não sabem dizer ao certo em que época receberam as terras que hoje vivem para trabalhar e criar os filhos. Existe uma suposição histórica de que talvez as terras tenham sido doadas no segundo Império, através de pagamento por serviços prestados pelos silvícolas. Não existe nenhuma documentação que comprove ser os índios os verdadeiros proprietários das terras.

Em meados de 1945 um homem chamado Giocondo Trentim começou a vender aquelas terras para colonos, cerca de 60 colônias. Os colonos começaram a extrair madeira e penetrando cada vez mais nas terras dos índios que já haviam sido covardemente roubados pelos brancos que lhes tomaram o chão. Os silvícolas por causa da invasão branca, foram sendo empurrados

para o lado do Rio Irani.

Num período de dez anos para cá a situação tem sido pior, quando os índios passaram a ser degredados em sua terra, tendo que trabalhar para os brancos que lhes fazem ameaças. Atualmente a comunidade é formada por 18 famílias. Até 1940 viviam no lugar aproximadamente 35 famílias, mas com as pressões dos brancos e a omissão da Funai eles foram se dispersando para outros lugares, na tentativa de adquirir melhores condições de vida em outros locais.

Segundo o cacique Clemente Fortes do Nascimento sua comunidade vive completamente desprotegida e que o chefe do posto indígena está mais preocupado com a madeira existente naquela área, fonte de lucro para todos - menos para os índios que vivem desamparados. Com 78 anos, o cacique nunca pensou em sair de seu habitat e vir para

a cidade grande. "Agora conheço Florianópolis e Curitiba, mas não quero sair da minha terra".

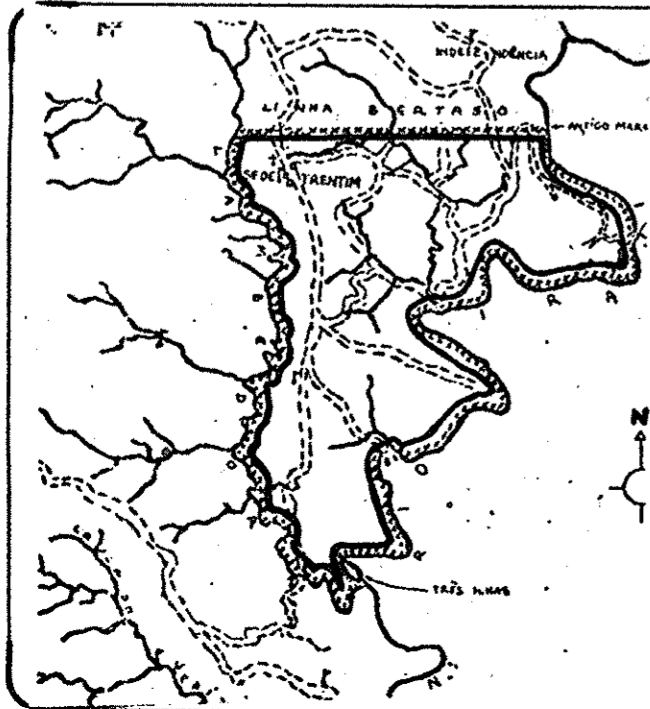
Disse ainda o cacique que o delegado regional da Funai garantiu que tomará providências. "Ele prometeu que telefonava para Brasília e ia mandá um advogado resolvê nosso problema. Nós não queremos sair de nosso lugar queremos terra para plantá. Nossos filho tão sendo perseguido até na escola pelos filho do branco". Vários índios já foram ameaçados de morte e feridos nestes últimos tempos. Um ancião, Francisco Marcelino, aposentado pela Funai, há três anos teve sua casa incendiada pelos brancos Miguel Schmidt e Emilio Soares. O velho índio segundo outra mulher índia que acompanha o cacique, "morreu de frio por não ter mais casa".

POSIÇÃO DA OAB

A Ordem dos Advogados do Brasil, seção de Santa Catarina, deverá enviar um documento à delegacia regional da Funai relatando a visita dos índios à sua sede e pondo-se inteiramente ao lado dos silvícolas que já tiveram seu apoio jurídico através de uma análise técnica realizada pela subseção de Chapecó. Disse o presidente da Ordem, Evilásio Caon, que cabe à Funai garantir e defender as terras dos índios.

"Cabe à Funai retirar os posseiros (cerca de 150 famílias), e efetuar a demarcação das terras indígenas. Coisa que não vem ocorrendo no Brasil desde a morte do Marechal Cândido Rondon. Como os índios são considerados menores cabe também à Funai atender, apoiar e dar garantias de sobrevivência e desenvolvimento às comunidades indígenas. A OAB acompanhará de perto o problema e dará todo apoio aos índios".

Explicou ainda Evilásio Caon, que as terras em que vivem as comunidades indígenas não podem ser invadidas e comercializadas, uma vez que elas pertencem à União. "Ninguém pode tomar posse das terras da União e não serão os índios indenizados e sim a própria União".



O aldeamento Chimbangue, no município de Chapecó, próximo do rio Irani está sendo ameaçado pelos colonos e posseiros que através de documentos tentam comprovar idoneamente a posse da terra. A questão litigiosa é antiga, pois desde 1945, dois mil hectares de terras foi tirada dos índios, quando Giocondo Trentim começou a vendê-las para diversos colonos que vinham de outros estados da Federação para plantar e fazer um lar.

A situação dos índios é irregular. Tanto é, que o Cacique Clemente foi reclamar direto com o delegado da Funai em Curitiba, mas, antes, também foi a Florianópolis, onde pediu o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil - SC - para resolver a questão.

Novos rumos para demanda de terras entre índios e agricultores de Chapecó

CHAPECÓ (Sucursal) - As cento e cinquenta famílias de agricultores que residem na localidade de Sede Trentin, acusadas de tomarem terras indígenas, vivem na expectativa de um desfecho favorável para o rumoroso caso. Os representantes dessa comunidade, recentemente procuraram a orientação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó, lamentando as acusações injustas de indígenas de que teriam lhes tomado as terras.

O presidente da entidade sindicalista, Arlindo Schwarz, acionou o Departamento Jurídico do Sindicato, integrado pelos advogados Alfredo Lang e Waldemar Capeletti, que imediatamente iniciaram uma busca documental junto aos órgãos oficiais, como o registro de imóveis de Chapecó.

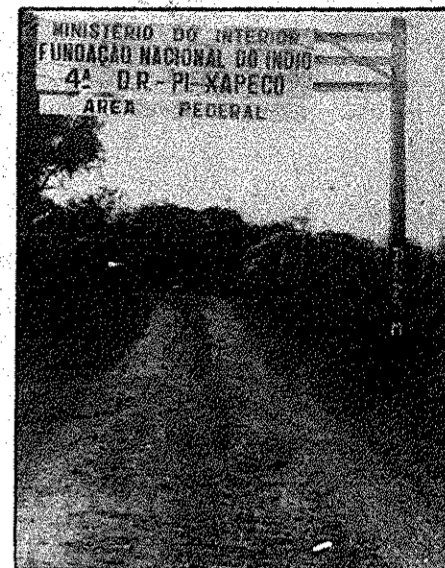
AS ACUSAÇÕES

Liderados pelo seu cacique, o Índio Clemente Fortes do Nascimento, um grupo de indígenas buscou o apoio do CIMI e da Funai na tentativa de tomar uma área de terras de cerca de 80 colônias que alegam lhes pertencer, no Toldo Chimbangue, hoje Sede Trentin, distante 15 quilômetros do centro de Chapecó. Esta semana os indígenas estiveram em Curitiba, em busca de apoio da Funai para a sua causa. Antes, reuniram a imprensa para acusar os agricultores de invasores de suas terras, alegando que isto ocorreu pelo uso da força.

Os colonos, desmentem categoricamente essa afirmação e provam que as terras foram compradas de companhia colonizadora, legalmente e que no local não existiam índios naquela época. Segundo os líderes dos agricultores, os indígenas que hoje residem na área, chegaram depois dos primeiros imigrantes e para eles passaram a trabalhar como peões, o que ocorre até hoje.

AS PROVAS DOCUMENTAIS

Junto ao Cartório de Registro de Imóveis, a Assessoria Jurídica do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó, colheu documentos que datam da época das primeiras colonizações da região. Arlindo Schwarz, exibiu cópias de documentos de transação imobiliária datado de 1.893, provando que desde aquela época as terras da região estão sendo transacionadas legal-



A reserva indígena em janeiro de 79.

mente e que em nenhum desses documentos (alguns manuscritos), há qualquer referência à presença de indígenas.

A área em questão, denominava-se naquela época "Imóvel Barra-Grande", englobando terras desde o município de Concórdia até Chapecó numa extensão, segundo o documento, de 395 mil hectares, 425 mil 437 metros quadrados que pertenciam ao governo do Paraná.

Essa área, foi vendida pelo governo do Paraná a Joaquim José de Moraes, este a vendeu à família de Luiz Vicente Souza Queiroz que por sua vez transacionou o imóvel com a "Luce e Rose e Cia.", empresa colonizadora com sede em Porto Alegre. Esta, de posse do título de legitimação número 212 de 04 de abril de 1.893, dividiu a área, que foi comercializada aos imigrantes cujos filhos ou netos são os atuais proprietários. Ainda segundo os advogados Lang e Capeletti, não há qualquer prova documental de que a área em litígio, tenha pertencido aos indígenas já que não há junto à Funai referência ao local como área ou reserva indígena.

Pelas providências tomadas, o líder sindical admite que o assunto está sob controle, não passando a pretensão dos que encaixam os indígenas de mero expediente visando conturbar uma situação consolidada de fato e de direito.



Sobrevivência está difícil a cada dia que passa.